

							
legislação	consultoria	assessoria	informativos	treinamento	auditoria	pesquisa	qualidade

Relatório Trabalhista

Trabalhista
Previdência Social
FGTS
Imposto de Renda - PF
Segurança e Saúde do Trabalhador
Legislação
Recursos Humanos
Departamento Pessoal
Salários
Dados Econômicos

Para fazer a sua assinatura, entre no site www.sato.adm.br

Todos os direitos reservados

Todo o conteúdo deste arquivo é de propriedade de V. T. Sato (Sato Consultoria). É destinado somente para uso pessoal e não-comercial. É proibido modificar, licenciar, criar trabalhos derivados, transferir ou vender qualquer informação, sem autorização por escrito do autor. Permite-se a reprodução, divulgação e distribuição, mantendo-se o texto original, desde que seja citado a fonte, mencionando o seguinte termo: "fonte: sato consultoria - www.sato.adm.br"

AGENDA DE OBRIGAÇÕES DO DEPTO. PESSOAL PARA OUTUBRO/89DIA 06 - CADASTRO DE EMPREGADOS - ENTREGA NO CORREIO

A empresa que optou (ou poderá optar) por entregar o Cadastro de Empregados (admitidos e demitidos) referente o mês de setembro/89 até esta data, fica desobrigado de entregar a 1ª / via da CD (Comunicação de Dispensa - Seguro Desemprego) no Correio, até o 5º dia útil, após a dispensa do empregado.

DIA 06 - DCTF - ENTREGA NA RECEITA FEDERAL OU BANCO

Até esta data, deverá ser entregue na Receita Federal ou no Banco autorizado, a DCTF (Declaração de Contribuições e Tributos Federais) devidamente preenchida com a discriminação de todos os recolhimentos do IRRF ocorrido no mês de agosto/89, por códigos de recolhimento, tais como: 0561 (empregados e / pro-labore), 0588 (autônomos em geral), etc.

Obs.: Prorrogação de prazo de entrega - Instrução Normativa / nº 77, de 28/07/89, DOU de 31/07/89, da SRF, em decorrência da mudança de novos formulários.

DIA 06 - IAPAS (DARP e CARNÊ) - RECOLHIMENTO

A guia de recolhimento do IAPAS de empregados (DARP) e Carnê de Contribuições de: Sócios, Autônomos, Domésticos, Estudantes, etc., deverão ser recolhidos junto ao Banco credenciado até esta data.

Obs.: Redução do prazo de recolhimento do IAPAS - Lei 7.787, de 30/06/89, DOU de 03/07/89.

DIA 10 - PAGAMENTO DE SALÁRIOS DE EMPREGADOS

Até esta data, deverá ser pago os salários de empregados, referente o mês de setembro/89.

As empresas do setor metalúrgico das regiões de São Paulo e Grande ABC, deverão observar a Convenção Coletiva dos Trabalhadores, quando é determinado que as empresas que não efetuam o pagamento de salários e adiantamentos em moeda corrente, deverão proporcionar aos empregados, nos dias de pagamento, tempo hábil para saque no Banco, dentro da jornada de trabalho, desde que coincidente com o horário bancário, excluindo-se os horários de refeição e intervalo para descanso.

Ainda traz na Convenção Coletiva, a multa diária revertida ao empregado, em caso de atraso de pagamento obedecido os seguintes critérios:

- a) 10% do maior Valor de Referência, quando a obrigação for / satisfeita independentemente de medida judicial, sendo então pagos concomitantemente o principal e a respectiva multa; e,
- b) 20% do maior Valor de Referência, de que trata a Lei número 6.205/75, quando a obrigação for satisfeita através de

medida judicial, observando-se nos 2 casos, o limite de até 2 salários nominais do empregado.

DIA 10 - IRRF ASSALARIADOS E OUTROS - RECOLHIMENTO

Até esta data, recolhe-se o IRRF (com correção monetária/BTN fiscal) junto ao Banco credenciado, de assalariados, autônomos (sem vínculo empregatício), pró-labore, fretes e carretos, etc. com / rendimentos pagos na 2ª quinzena do mês de setembro/89, inclusive pagamentos de férias, abono pecuniário, 1/3 Constitucional, 13º salário proporcional, adiantamentos de salário, empréstimos, etc., mesmo sendo pagas na rescisão de contrato de trabalho.

Obs.: a) alterações introduzidas pela IN nº 49, de 10/05/89;

b) de acordo com a Medida Provisória nº 68, 14/06/89, o recolhimento do IRRF até o 3º dia após o fato gerador (data do pagamento) não há correção monetária através da BTN fiscal;

DIA 10 - MENSALIDADE DOS SÓCIOS DO SINDICATO - RECOLHIMENTO

As empresas do setor metalúrgico de São Bernardo do Campo e Diadema, deverão recolher até esta data, a retenção da mensalidade dos sócios do Sindicato, efetuado na folha de pagamento de setembro/89.

DIA 10 - CIESP - INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS

As empresas de Santo André, Mauá, Rib. Pires e R. G. da Serra, deverão informar até esta data ao CIESP - Delegacia Regional de Santo André, por carta ou telefone, os seguintes dados estatísticos: número total de empregados, admissões e demissões, relativo ao mês de setembro/89, para fins estatísticos.

DIA 10 - FGTS - RECOLHIMENTO

Recolher até esta data, junto ao Banco Depositário, o FGTS relativo a 8% sobre as remunerações pagas na folha de pagamento de setembro/89, inclusive dos Diretores, Sócios, Presidentes e outros, quando tenham optado por este regime.

Obs.: Redução do prazo de recolhimento do FGTS - Medida Provisória nº 72, de 20/06/89.

DIA 13 - CÓPIA DA ATA DE REUNIÃO DA CIPA - SINDICATO

As empresas do setor metalúrgico de São Paulo, deverão entregar até esta data, a cópia da Ata de Reunião da CIPA, realizada no mês de setembro/89, ao Sindicato dos empregados.

Já para as empresas do setor metalúrgico do Grande ABC, de acordo com a nova Convenção Coletiva dos Trabalhadores (89/90) em sua cláusula 38ª, I, o prazo é de 35 dias após a realização da reunião mensal da CIPA.

DIA 13 - CADASTRO DE EMPREGADOS - ENTREGA NO CORREIO - ÚLTIMO PRAZO

A empresa que não optou pela entrega no dia 06/10/89, deverá fazer a entrega da 1ª via do Cadastro ao Correio, até esta data,

bem como todas as CD's até o 5º dia útil, após a dispensa de cada empregado.

DIA 13 - MENSALÃO - RECOLHIMENTO COMPLEMENTAR DO IRRF/PF

Quem teve 2 ou mais rendimentos, recebido no mês de setembro/89, de diferentes fontes pagadoras, deverá recolher até esta data a diferença do novo cálculo sobre o montante percebido e o já retido na fonte, anteriormente.

O recolhimento é realizado no DARF sob o código nº 0246.

Obs.: o prazo acima é para recolhimento sem correção monetária.

01. DIA 17 - PASEP - ABONO/RENDIMENTOS

De 17/10 à 31/10/89, é o prazo para saque do Abono ou Rendimentos do PASEP, junto ao Banco (onde foi cadastrado) aos empregados com cadastro do PASEP, finais 0 e 1.

DIA 20 - MENSALIDADE DOS SÓCIOS DO SINDICATO - RECOLHIMENTO

Até esta data, as empresas do setor metalúrgico de São Paulo, deverão recolher junto ao Banco credenciado, a guia de recolhimento da Mensalidade dos Sócios do Sindicato, a importância igual a retida na folha de pagamento de setembro/89.

DIA 24 - PIS - ABONO/RENDIMENTOS

De 24/10 à 24/11/89, é o prazo para saque do Abono ou Rendimentos do PIS, junto ao Banco (onde foi cadastrado), aos empregados nascidos no período de 01 à 15 de julho.

DIA 25 - MENSALIDADE DOS SÓCIOS DO SINDICATO - RECOLHIMENTO

Até esta data, as empresas do setor metalúrgico de Santo André, Mauá, Rib. Pires e R. G. da Serra, deverão recolher junto ao Banco Meridional S/A, agência Santo André ou no próprio Sindicato, a importância igual a retida na folha de pagamento de setembro/89, à título de Mensalidade dos Sócios do Sindicato.

Obs.: No tocante a solicitação do Sindicato aos Empregados, quanto a antecipação do recolhimento para 48 horas após a data de retenção, veja a matéria publicada no Relatório Semanal nº 32, item 09, pergunta " b ".

DIA 25 - IRRF ASSALARIADOS E OUTROS - RECOLHIMENTO

Até esta data, recolhe-se o IRRF (com correção monetária/BTN / fiscal) junto ao Banco credenciado, de assalariados, autônomos (sem vínculo empregatício), pró-labore, fretes e carretos, etc. com rendimentos pago na 1ª quinzena de outubro/89, inclusive / pagamentos de: férias, abono pecuniário, 1/3 Constitucional, 13º salário proporcional, adiantamentos de salários, empréstimos, etc., mesmo sendo pagas na rescisão de contrato de trabalho.

Obs: Alterações introduzidas pela IN nº 49/89 e de acordo com a Medida Provisória nº 68, de 14/06/89, o recolhimento do IRRF até o 3º dia, após o fato gerador, não há correção / monetária através da BTN fiscal.

DIA 25 - PAGAMENTO DE ADIANTAMENTO DE SALÁRIOS AOS EMPREGADOS

De acordo com a Convenção Coletiva dos Trabalhadores do setor metalúrgico, das regiões de São Paulo e Grande ABC, o Adiantamento de Salários é de no mínimo 30% do seu salário nominal / mensal, quando trabalhado integralmente na 1ª quinzena.

O atraso de pagamento do respectivo adiantamento acarreta para a empresa, as mesmas penalidades pecuniárias mencionadas anteriormente no caso de atraso de pagamento de salários.

Obs.: Se o adiantamento de salários é compensado em outro mês deverá ser observado a retenção do IRRF.

DIA 30 - ANEXO I DA CIPA - 3º TRIMESTRE/89 - ENTREGA

Até esta data, deverá ser entregue à DRT, o Anexo I, da NR 05, devidamente preenchido, ou se preferir, poderá ser entregue ao

Correio, contra-recibo ou via postal-AR.

A cópia do Anexo I, bem como o documento de entrega, deverá ser entregue posteriormente ao Sindicato dos Metalúrgicos.

Recomenda-se fazer carta em 2 vias e protocolar a última, para futura comprovação.

Obs.: As DRT's locais, vêm exigindo das empresas, para que se coloque o código de atividade do Seguro de Acidentes do Trabalho, bem como o Grau de Risco, no rodapé do QUADRO A, do próprio formulário.

DIA 31 - MENSALIDADE DOS SÓCIOS DO SINDICATO - RECOLHIMENTO

Até esta data, as empresas do setor metalúrgico de São Caetano / do Sul, deverão recolher junto ao Banco credenciado, a importância igual a retida na fôlha de pagamento de setembro/89, à título de Mensalidade dos Sócios do Sindicato.

DIA 31 - CONTRIBUIÇÃO SINDICAL - RECOLHIMENTO

Até esta data, deverá ser recolhido, junto ao Banco credenciado o valor da Contribuição Sindical, de empregados, retido na fôlha de pagamento de setembro/89.

Após o recolhimento, deve-se encaminhar a última via deste, bem como a relação nominativa de empregados, dentro do prazo de 15 dias, ao Sindicato dos Empregados de cada categoria econômica ou profissional.

DIA 31 - PIS - ABONO/RENDIMENTOS

De 31/10 à 24/11/89, é o prazo para saque do Abono ou Rendimentos do PIS, junto ao Banco (onde foi cadastrado), aos empregados nascidos no período de 16 à 31 de julho.

FERIADO NACIONAL DO DIA 12/10/89 - ANTECIPAÇÃO PARA 2ª FEIRA

De acordo com a Lei Federal nº 6.802, de 30/06/80, o dia 12 de outubro é considerado feriado Civil/Nacional, atribuído ao dia de " Nossa Senhora / Aparecida - Padroeira do Brasil ".

Por força da Lei nº 7.320/85 e Decreto nº 91.604/85, o respectivo feriado que recai na quinta-feira, será antecipado para 2ª feira, dia 09.

BTN FISCAL -- PERIODO DE 10/08/89 À 26/09/89

10/08/89= 2,2441	22/08/89= 2,4551	03/09/89= 2,7305	15/09/89= 3,0533
11/08/89= 2,2679	23/08/89= 2,4836	04/09/89= 2,7305	16/09/89= 3,0985
12/08/89= 2,2936	24/08/89= 2,5125	05/09/89= 2,7678	17/09/89= 3,0985
13/08/89= 2,2936	25/08/89= 2,5416	06/09/89= 2,8055	18/09/89= 3,0985
14/08/89= 2,2936	26/08/89= 2,5700	07/09/89= 2,8450	19/09/89= 3,1455
15/08/89= 2,3195	27/08/89= 2,5700	08/09/89= 2,8450	20/09/89= 3,1911
16/08/89= 2,3457	28/08/89= 2,5700	09/09/89= 2,8850	21/09/89= 3,2385
17/08/89= 2,3722	29/08/89= 2,5986	10/09/89= 2,8850	22/09/89= 3,2865
18/08/89= 2,3990	30/08/89= 2,6276	11/09/89= 2,8850	23/09/89= 3,3428
19/08/89= 2,4269	31/08/89= 2,6614	12/09/89= 2,9257	24/09/89= 3,3428
20/08/89= 2,4269	01/09/89= 2,6956	13/09/89= 2,9669	25/09/89= 3,3428
21/08/89= 2,4269	02/09/89= 2,7305	14/09/89= 3,0086	26/09/89= 3,4001

ERRATA - RS Nº 38 - EXEMPLO DE DESCONTO IAPAS S/ 13º SALÁRIO

No último Relatório Semanal (RS) nº 38, de 19/09/89, item 04, letra "b", exemplo de cálculo, desconto do IAPAS s/ 13º salário a partir de setembro de 1989, ao tentarmos ilustrar, inserimos valores incorretos, portanto:

Onde se lê: " 13º salário proporcional (9/12 avos) = NCz\$ 3.000,00 "

Leia-se : " 13º salário proporcional (9/12 avos) = NCz\$ 900,00 "

Consequentemente, onde se lê:

" O valor de NCz\$ 3.000,00 abrange o pagamento de janeiro até setembro. Porém, como o IAPAS incidirá somente a parcela de setembro e portanto apenas 1/12, fazemos então o seguinte cálculo:

$$- \text{NCz\$ } 3.000,00 : 9 = \text{NCz\$ } 333,33$$

Em seguida, olhando a tabela de IAPAS de setembro/89, encontraremos a alíquota de 8%, e portanto:

$$- \text{NCz\$ } 333,33 \times 8\% = \text{NCz\$ } 26,67$$

Neste caso, na rescisão de contrato de trabalho, deveremos efetuar 2 descontos, isto é:

$$- \text{desconto de IAPAS s/ 13º salário (reembolso)} = \text{NCz\$ } 49,88$$

$$- \text{desconto de IAPAS s/ 13º salário (tributável)} = \text{NCz\$ } 26,67$$

$$\text{TOTAL À DESCONTAR} = \text{NCz\$ } 76,55 "$$

Leia-se corretamente o seguinte:

" O valor de NCz\$ 900,00, abrange o pagamento de janeiro até setembro / 89. Porém, como o IAPAS incidirá somente a parcela de setembro e portanto apenas 1/12 avos, fazemos então o seguinte cálculo:

$$- \text{NCz\$ } 900,00 : 9 = \text{NCz\$ } 100,00$$

Em seguida, olhando a tabela do IAPAS de setembro/89, encontraremos / a alíquota de 8%, e portanto:

$$- \text{NCz\$ } 100,00 \times 8\% = \text{NCz\$ } 8,00$$

Neste caso, na rescisão de contrato de trabalho, deveremos efetuar 2 descontos, isto é:

- desconto de IAPAS s/ 13º salário (reembolso) = NCz\$ 49,88
- desconto de IAPAS s/ 13º salário (tributável) = NCz\$ 8,00

TOTAL À DESCONTAR = NCz\$ 57,88 "

IAPAS À PARTIR DE SETEMBRO/89 - ORIENTAÇÃO DO IAPAS Nº 230

A Secretaria da Receita Previdenciária, emitiu no último dia 13, a Orientação de Serviço IAPAS/SRP nº 230 (não publicada no DOU), que traz orientações gerais, de como proceder e aplicar a Lei nº 7.787/89, inclusive do preenchimento do DARF a partir de setembro/89. Veja parcialmente a referida Orientação de Serviço nº 230:

" Dispõe sobre as novas alíquotas de recolhimento das contribuições previdenciárias, tendo em vista as alterações na legislação de custeio / da Previdência Social e dá outras providências.

O Secretário da Receita Previdenciária, no uso das atribuições que / lhe confere o art. 83, item III, do Regimento Interno do IAPAS, aprovado pela Portaria MPAS nº 1.132, de 29/06/78,

Considerando a necessidade da aplicação das novas alíquotas de incidência sobre o salário-de-contribuição, que determinarão os valores / das contribuições previdenciárias vigentes a partir de 1º de setembro de 1989, a serem recolhidas pelas empresas e demais contribuintes da Previdência Social;

Considerando que o cumprimento da nova legislação de custeio da Previdência Social implicará alterações dos procedimentos até então vigentes, inclusive no preenchimento do Documento de Arrecadação de Receitas Previdenciárias - DARF;

" Considerando, enfim, a competência do IAPAS para arrecadar, fiscalizar, e cobrar as contribuições previdenciárias,

Resolve:

CONTRIBUIÇÃO DAS EMPRESAS EM GERAL

1 - A contribuição das empresas em geral e das entidades ou órgãos e - las equiparados destinadas à Previdência Social será de 20%, inci - dentes sobre o total da remuneração paga ou creditada aos segurados empregados, trabalhadores avulsos, trabalhadores autônomos e admi - nistradores, assim considerados o titular de firma individual urba - na e o diretor, membro de conselho de administração de sociedade a - nônima, sócio gerente, sócio solidário, sócio quotista que recebe / pró-labore e sócio de indústria de qualquer natureza urbana ou ru - ral.

1.1 - A alíquota de contribuição de 20%, incidirá sobre o valor pa - go ou creditado, a qualquer título, no decorrer do mês, inde - pendente do limite previsto no item 18.

2 - Os bancos

3 - Com a aplicação da nova alíquota referida no item 1 ficam suprimi - das as contribuições para o salário-família, salário-maternidade, a bono anual de pró-rural, assim como a contribuição básica para a / Previdência Social Urbana.

SEGURORDE ACIDENTES DO TRABALHO

4 - Os contribuintes citados nos itens 1 e 2 contribuirão também para o financiamento das prestações por acidente do trabalho, com a alíquota básica de 2%, incidentes sobre o total da remuneração para aos segurados empregados e trabalhadores avulsos.

4.1 - Sempre que o índice de acidentes de trabalho verificado na empresa for superior, no trimestre anterior, ao índice médio de acidentes verificado no setor, à alíquota de 2% será aplicado um adicional de 0,9%, 1,2% ou 1,8%, de acordo com os percentuais excedentes, totalizando:

ALÍQUOTA	EXCESSO DO ÍNDICE DE ACIDENTES NA EMPRESA EM RELAÇÃO AO ÍNDICE MÉDIO DO SETOR.
----------	---

2,9%	- até 10% superior à média;
3,2%	- de mais de 10% até 20% superior à média;
3,8%	- de mais de 20% superior à média.

4.2 - A contribuição adicional será devida a partir da fixação dos índices de acidentes verificados nas empresas e respectivos / setores, pelo órgão próprio do MPAS.

CONTRIBUIÇÃO DOS EMPREGADOS E TRABALHADORES AVULSOS

5 - A contribuição do segurado empregado, filiado à Previdência Social, e o avulso é calculada mediante aplicação da seguinte tabela:

Salário de Contribuição (NCz\$)	Alíquota
até 749,42	8%
de 749,43 até 1.249,04	9%
de 1.249,05 até 2.498,07	10%

DOMÉSTICOS

6 - A contribuição do empregado doméstico será efetuada na alíquota de 8% e se limitará a NCz\$ 749,42.

6.1 - O empregador doméstico contribuirá com a alíquota de 12% sobre o salário-de-contribuição do empregado doméstico a seu

serviço, totalizando, desta forma, 20% a ser registrado no carnê de contribuição.

TRABALHADOR AUTÔNOMO, SEGURADO EMPREGADOR E DEMAIS CONTRIBUINTE INDIVIDUAIS.

7 - A partir da competência setembro/89, os trabalhadores autônomos e equiparados não mais farão jus ao reembolso a que tinham direito pela legislação anterior, tendo em vista que nas alíquotas de contribuição a que estão sujeitos, não mais está incluída a parte do empregador.

7.1 - Sua alíquota de contribuição, bem como a do segurado empregador e dos demais contribuintes individuais aplicada sobre o respectivo salário-de-contribuição, será:

- a) de 10%, para o salário-de-contribuição de valor até / NCz\$ 749,42;
- b) de 20%, para os salários-de-contribuição de NCz\$ 749,43 a NCz\$ 2.498,07.

7.2 - O segurado empregador contribuinte sobre salário-base recolherá suas contribuições de acordo com as tabelas emitidas mensalmente por esta Secretaria.

7.3 - A contribuição patronal sobre os serviços prestados pelos/ carreteiros incidirá sobre 11,71% do valor do frete.

CONTRIBUINTE EM DOBRO

8 - Havendo manifestação do segurado, o salário declarado do contribuinte em dobro será reajustado, no mês de setembro, em 29,34% , respeitado o limite mínimo de NCz\$ 249,81.

8.1 - A alíquota de contribuição aplicada sobre o respectivo salário declarado será de:

- a) 10% para o salário declarado de valor até NCz\$ 749,42;
- b) 20% para o salário declarado no valor de NCz\$ 749,43 a NCz\$ 2.498,07.

8.2 - Não havendo manifestação do segurado o valor do seu salário declarado será mantido sem reajustamento desde que não fique em valor inferior ao salário mínimo.

MICROEMPRESAS

9 - As microempresas estão sujeitas às contribuições das empresas em geral, citadas no item 1, porém seus empregados contribuem com a alíquota mínima (8%), na forma da Lei nº 7.256/84, incidente sobre o salário-de-contribuição até o limite máximo.

9.1 - Contribuirão ainda com a alíquota básica de 2% para o financiamento das prestações por acidentes do trabalho, se lhes aplicando o adicional previsto no art. 4º da Lei nº 7.787, de 30/06/89, se for o caso, pelo percentual mínimo, quando este for estabelecido.

EMPRESAS DE TRABALHO TEMPORÁRIO

10- As empresas de trabalho temporário contribuirão com a alíquota / de 20% sobre a remuneração paga ou creditada, a qualquer título, no decorrer do mês, aos empregados e trabalhadores temporários a seu serviço.

10.1 - Contribuirão, ainda, com a alíquota de 2% destinada ao financiamento das prestações por acidentes do trabalho, assim como estarão sujeitas aos disposto no artigo 4º, da Lei nº 7787/89.

ENTIDADES FILANTRÓPICAS

11- As entidades de fins filantrópicos, isentas da contribuição patronal na forma da legislação em vigor, deverão recolher as contribuições /

descontadas de seus empregados e as destinadas ao financiamento das prestações por acidente do trabalho, inclusive, quando for o caso, / com o adicional previsto no artigo 4º da Lei nº 7.787, de 30/06/89.

11.1 - A partir da competência setembro/89 não mais recolherão a alíquota de 0,3% para o salário-maternidade.

CLUBES DE FUTEBOL PROFISSIONAL

ENTIDADES ESPORTIVAS

GRATIFICAÇÃO DE NATAL - 13º SALÁRIO

14- A gratificação de natal de que trata a Lei nº 4.090, de 13/07/62, integra o salário-de-contribuição no mês em que for paga ou creditada, obedecidas as seguintes disposições:

14.1 - Contribuições a cargo das empresas, ou entidades a elas equiparadas.

As contribuições de que tratam os itens 1 e 2 deste ato serão calculadas independentemente do limite máximo do salário-de-contribuição de que trata o item 18.

14.2 - Contribuição do segurado empregado, do trabalhador avulso e do doméstico.

A gratificação de Natal integra a remuneração, incidindo contribuição sobre o valor pago ou creditado, inclusive por rescisão do contrato de trabalho, mediante a aplicação da alíquota encontrada de acordo com as tabelas dos itens 5 e 6 deste ato, respeitado o limite máximo do salário-de-contribuição.

14.3 - Excepcionalmente, para o ano de 1989, a contribuição da empresa sobre o valor pago a título de Gratificação de Natal, incidirá sobre 4/12 avos, ou seja, sobre o período setembro a dezembro.

14.3.1 - A empresa se reembolsará das importâncias recolhidas no período janeiro a agosto de 1989, na parte relativa à contribuição dos empregados, ou seja, 0,75% na forma do que disponha a legislação anterior.

14.3.2 - Excetuam-se da faculdade de reembolso, na forma prevista no subitem anterior, no ano de 1989, os clubes de futebol profissional, as associações desportivas a eles equiparadas, as entidades filantrópicas em gozo de isenção da contribuição patronal e os empregadores domésticos.

14.3.3 - A contribuição do empregador doméstico será calculada na forma estabelecida no item 6.

CONSTRUÇÃO CIVIL PARTICULAR

ÓRGÃOS PÚBLICOS

CONTRIBUIÇÃO DE TERCEIROS

17 - Permanecem inalteradas as disposições legais aplicáveis às contribuições para terceiros.

LIMITE MÁXIMO DE SALÁRIOS-DE CONTRIBUIÇÃO

- 18 - O limite máximo do salário-de-contribuições para o mês de setembro estabelecido em NCz\$ 2.498,07, será atualizado mensalmente de acordo com a variação do índice oficial de inflação e divulgado por esta Secretaria, através de ato próprio.

EXTINÇÃO DE PROCESSO TRABALHISTA

- 19 - As contribuições devidas em decorrência de processos trabalhistas, em caso de extinção do processo ou acordo entre as partes, incidentes sobre pagamentos de vencimentos, salários e outros / ganhos habituais do trabalhador, a serem recolhidas na forma do artigo 12 da Lei nº 7.787/89, serão efetivadas através do DARP, utilizando-se o código FPAS-787, devendo constar no campo 43 o número do feito, nome do reclamante e identificação da Junta de Conciliação e Julgamento respectiva.

19.1 - Se o documento resultante do acordo firmado não discriminar as parcelas de incidência de contribuição previdenciária, o recolhimento se fará em relação ao valor total / registrado no citado documento, até que a autoridade judiciária regulamente o assunto na forma do disposto no art. 12, e seu parágrafo único, da Lei nº 7.787/89.

PRAZO DE RECOLHIMENTO

- 20 - As contribuições devidas à Previdência Social deverão ser recolhidas até o 8º dia do mês subsequente ao do fato gerador, ou / no dia útil imediatamente anterior caso não haja expediente bancário naquele dia na localidade em que está sediado o contribuinte responsável pelo recolhimento.

PREENCHIMENTO NO DARP

- 21 - A nova sistemática de preenchimento dos campos do DARP, de acordo com o código FPAS das empresas, assim como os esclarecimentos necessários para o seu preenchimento em face da aplicação dos / dispositivos da Lei nº 7.787, de 30/06/89, constituem os anexos I e II da presente OS.

ATUALIZAÇÃO DE VALORES

- 22 - Os valores expressos em cruzados novos nesta OS serão atualizados, mensalmente, de acordo com o índice oficial de inflação e divulgados através de ato próprio desta Secretaria.
- 23 - Esta Orientação de Serviço entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de setembro de 1989. "

Jorge Guerreiro Heusi - Secretário.-

A N E X O I

OS IAPAS/SRP Nº 230, de 13 de setembro de 1989:

Percentuais de Contribuições Previdenciárias e de Terceiros de
Acordo com os Códigos FPAS Discriminados no Quadro I do Manual DARP.

MODELO SIMPLIFICADO - ANEXO I

ind.
com.

(*) 2% + variável de 0,9%, 1,2% ou 1,8%

A N E X O I I

Modificações no preenchimento do DARP e nas Instruções contidas no Manual de Orientação às empresas em face da aplicação dos dispositivos da Lei nº 7.787/89.

MODELO SIMPLIFICADO - ANEXO II

PRINCIPAIS MODIFICAÇÕES NO DARP


- CAMPO 06 - Valor total da remuneração paga ou creditada a empregados;
- CAMPO 07 - Valor total da remuneração paga ou creditada a Administradores e Trabalhadores Autônomos;
- CAMPO 10 - Contribuição descontada de empregados, avulsos e temporários até o limite máximo;
- CAMPO 11 - Contribuição da empresa. Resultado da aplicação de 20% sobre valores sem limite (somatório dos campos 6 e 7);
- CAMPO 12 - Acidente do Trabalho. Resultado da aplicação de 2% + a parte variável (0,9%, 1,2% ou 1,8%) sobre os valores registrado no campo 6;
- CAMPO 13 - Não preencher;
- CAMPO 14 - Contribuição de Terceiros. Resultado da aplicação de 5,2% s/ valores registrado no campo 6.

" os demais campos continuam inalterados "

MODELO PARCIAL DO DARP/IAPAS

★ - campo alterado

* - campo inalterado



Ministério da Previdência e Assistência Social/MPAS

APAS/Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social

DOCUMENTO DE ARRECAÇÃO DE RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - DARP

1. NOME	2. EMPREENHADOR	3. CDD AO TRABALHO	4. EMPREGADOS	5. Nº DE REFERÊNCIA
*	*	*	*	
6. ALÍQUOTA	7. DATA DE VENCIMENTO			8. VENCIMENTO
★	★			
9. VALOR DE RECEITA	10. VALOR DE RECEITA			11. VALOR DE RECEITA
*	*			
12. VALOR DE RECEITA				
13. VALOR DE RECEITA				
14. VALOR DE RECEITA				
15. VALOR DE RECEITA				
16. VALOR DE RECEITA				
17. VALOR DE RECEITA				
18. VALOR DE RECEITA				
19. VALOR DE RECEITA				
20. VALOR DE RECEITA				
21. VALOR DE RECEITA				
22. VALOR DE RECEITA				
23. VALOR DE RECEITA				
24. VALOR DE RECEITA				
25. VALOR DE RECEITA				
26. VALOR DE RECEITA				
27. VALOR DE RECEITA				
28. VALOR DE RECEITA				
29. VALOR DE RECEITA				
30. VALOR DE RECEITA				
31. VALOR DE RECEITA				
32. VALOR DE RECEITA				
33. VALOR DE RECEITA				
34. VALOR DE RECEITA				
35. VALOR DE RECEITA				
36. VALOR DE RECEITA				
37. VALOR DE RECEITA				
38. VALOR DE RECEITA				
39. VALOR DE RECEITA				
40. VALOR DE RECEITA				
41. VALOR DE RECEITA				
42. VALOR DE RECEITA				
43. VALOR DE RECEITA				
44. VALOR DE RECEITA				
45. VALOR DE RECEITA				
46. VALOR DE RECEITA				
47. VALOR DE RECEITA				
48. VALOR DE RECEITA				
49. VALOR DE RECEITA				
50. VALOR DE RECEITA				
51. VALOR DE RECEITA				
52. VALOR DE RECEITA				
53. VALOR DE RECEITA				
54. VALOR DE RECEITA				
55. VALOR DE RECEITA				
56. VALOR DE RECEITA				
57. VALOR DE RECEITA				
58. VALOR DE RECEITA				
59. VALOR DE RECEITA				
60. VALOR DE RECEITA				
61. VALOR DE RECEITA				
62. VALOR DE RECEITA				
63. VALOR DE RECEITA				
64. VALOR DE RECEITA				
65. VALOR DE RECEITA				
66. VALOR DE RECEITA				
67. VALOR DE RECEITA				
68. VALOR DE RECEITA				
69. VALOR DE RECEITA				
70. VALOR DE RECEITA				
71. VALOR DE RECEITA				
72. VALOR DE RECEITA				
73. VALOR DE RECEITA				
74. VALOR DE RECEITA				
75. VALOR DE RECEITA				
76. VALOR DE RECEITA				
77. VALOR DE RECEITA				
78. VALOR DE RECEITA				
79. VALOR DE RECEITA				
80. VALOR DE RECEITA				
81. VALOR DE RECEITA				
82. VALOR DE RECEITA				
83. VALOR DE RECEITA				
84. VALOR DE RECEITA				
85. VALOR DE RECEITA				
86. VALOR DE RECEITA				
87. VALOR DE RECEITA				
88. VALOR DE RECEITA				
89. VALOR DE RECEITA				
90. VALOR DE RECEITA				
91. VALOR DE RECEITA				
92. VALOR DE RECEITA				
93. VALOR DE RECEITA				
94. VALOR DE RECEITA				
95. VALOR DE RECEITA				
96. VALOR DE RECEITA				
97. VALOR DE RECEITA				
98. VALOR DE RECEITA				
99. VALOR DE RECEITA				
100. VALOR DE RECEITA				